Luis Henrique Almeida Castro (Organizador)



PLURALIDADE DOS ASPECTOS QUE INTERFEREM NA SAÚDE HUMANA



Luis Henrique Almeida Castro (Organizador)



PLURALIDADE DOS ASPECTOS QUE INTERFEREM NA SAÚDE HUMANA



Editora chefe

Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Proieto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Imagens da capa

Copyright do Texto © 2021 Os autores iStock

Edição de arte Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

2021 by Atena Editora

Luiza Alves Batista Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

> Revisão pelos autores.

Os autores Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva - Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Andréa Cristina Marques de Araújo - Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho - Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior - Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes - Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento - Universidade Federal Fluminense

Profa Dra Cristina Gaio - Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira - Universidade Federal de Rondônia

Profa Dra Dilma Antunes Silva - Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias - Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa - Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. Humberto Costa - Universidade Federal do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira - Universidade Católica do Salvador

Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo - Universidad Autónoma del Estado de México

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior - Universidade Federal Fluminense

Profa Dra Lina Maria Gonçalves - Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa - Universidade Estadual de Montes Claros

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa Dra Maria Luzia da Silva Santana - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof. Dr.Pablo Ricardo de Lima Falcão - Universidade de Pernambuco

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino - Universidade Salvador

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares - Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior - Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera - Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira - Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profa Dra Carla Cristina Bauermann Brasil - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos - Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva - Universidade Federal Rural da Amazônia

Prof. Dr. Écio Souza Diniz - Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Fábio Steiner - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos - Universidade Federal do Ceará

Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Javme Augusto Peres - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa Dra Lina Raquel Santos Araújo - Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Pedro Manuel Villa - Universidade Federal de Viçosa

Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza - Universidade do Estado do Pará

Profa Dra Talita de Santos Matos - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva - Universidade de Brasília

Profa Dra Anelise Levay Murari - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto - Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profa Dra Elizabeth Cordeiro Fernandes - Faculdade Integrada Medicina

Profa Dra Eleuza Rodrigues Machado - Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Fernando Mendes - Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida - Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza - Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior - Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza - Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá - Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres - Universidade Ceuma

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federacl do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada - Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho - Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profa Dra Renata Mendes de Freitas - Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro - Universidade do Vale do Sapucaí

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa Dra Vanessa Bordin Viera - Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado - Universidade do Porto

ProF^a Dr^a Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profa Dra Carmen Lúcia Voigt - Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof^a Dr^a Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Profa Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas - Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques - Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior - Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Neiva Maria de Almeida - Universidade Federal da Paraíba

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profa Dra Priscila Tessmer Scaglioni - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima - Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profa Dra Adriana Demite Stephani - Universidade Federal do Tocantins

Profa Dra Angeli Rose do Nascimento - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa Dra Carolina Fernandes da Silva Mandaji - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profa Dra Denise Rocha - Universidade Federal do Ceará

Prof^a Dr^a Edna Alencar da Silva Rivera - Instituto Federal de São Paulo

Prof^a Dr^aFernanda Tonelli - Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profa Dra Miranilde Oliveira Neves - Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profa Dra Sheila Marta Carregosa Rocha - Universidade do Estado da Bahia



Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Maiara Ferreira

Indexação: Gabriel Motomu Teshima

Revisão: Os autores

Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 4 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-478-5

DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.785211309

1. Ciências da Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil Telefone: +55 (42) 3323-5493 www.atenaeditora.com.br contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são open access, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Este e-book intitulado "Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana" leva ao leitor um retrato da diversidade conceitual e da multiplicidade clínica do binômio saúde-doença no contexto brasileiro indo ao encontro do versado por Moacyr Scliar em seu texto "História do Conceito de Saúde" (PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007): "O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas".

Neste sentido, de modo a dinamizar a leitura, a presente obra que é composta por 107 artigos técnicos e científicos originais elaborados por pesquisadores de Instituições de Ensino públicas e privadas de todo o país, foi organizada em cinco volumes: em seus dois primeiros, este e-book compila os textos referentes à promoção da saúde abordando temáticas como o Sistema Único de Saúde, acesso à saúde básica e análises sociais acerca da saúde pública no Brasil; já os últimos três volumes são dedicados aos temas de vigilância em saúde e às implicações clínicas e sociais das patologias de maior destaque no cenário epidemiológico nacional.

Além de tornar público o agradecimento aos autores por suas contribuições a este e-book, é desejo da organização desta obra que o conteúdo aqui disponibilizado possa subsidiar novos estudos e contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas em saúde em nosso país. Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

PATOLOGIAS E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, PARTE II
CAPÍTULO 11
DENGUE: UM ESTUDO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS EM UM MUNICÍPIO DA BAHIA Raiana Lana da Silva Araújo Aryelle Américo de Britto Marinho Marise Alves de Souza Oliveira Juliana Nascimento Andrade Misael Silva Ferreira Costa Franklin Emmanuel Brizolara Pereira Filho https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113091
CAPÍTULO 215
DIFERENCIANDO HIPERMOBILIDADE ARTICULAR, SINDROME DE HIPERMOBILIDADE E SINDROME DE EHLERS-DANLOS DO TIPO HIPERMOBILIDADE – UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CARACTERIZAÇÃO FISIOPATOLÓGICA E TRATAMENTO CLÍNICO Victor Yamamoto Zampieri Djanira Aparecida da Luz Veronez thtps://doi.org/10.22533/at.ed.7852113092
CAPÍTULO 327
DOENÇA FALCIFORME: DADOS EPIDEMIOLÓGICOS E AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DE UM SERVIÇO DE REFERÊNCIA Prisces Amélia dos Santos Bitencourt Amorim Matos Valmin Ramos da Silva Adriano Pereira Jardim https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113093
CAPÍTULO 448
EFEITOS TOXICOLÓGICOS DA SUPLEMENTAÇÃO DE CREATINA E NANDROLONA SOBRE A FUNÇÃO HEPÁTICA E RENAL: BREVE REVISÃO Laís Caroline da Silva Santos Érique Ricardo Alves Bruno José do Nascimento Ismaela Maria Ferreira de Melo Ana Cláudia Carvalho de Araújo Álvaro Aguiar Coelho Teixeira Valéria Wanderley Teixeira to https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113094
CAPÍTULO 558
EXPERIÊNCIAS DE PERDA DENTÁRIA E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES TRANSPLANTADOS RENAIS HOSPITALIZADOS Letícia Brandão Sousa

SUMÁRIO

Camila Maria Simas Almondes Fernanda Ferreira Lopes
https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113095
CAPÍTULO 667
FATORES ASSOCIADOS A DEPRESSÃO PÓS PARTO E A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO MULTIPROFISSIONAL Liane Bahú Machado Silvana Carloto Andres Marjana Pivoto Reginaldo https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113096
CAPÍTULO 776
FIABILIDADE E PRECISÃO DO TESTE ULNT1 EM INDIVÍDUOS ASSINTOMÁTICOS – ESTUDO EXPLORATÓRIO Vitor Ferreira Richarnickson Luís https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113097
CAPÍTULO 885
FORÇA DE PREENSÃO MANUAL UM INDICATIVO DE DENSIDADE MINERAL ÓSSEA? Lorena Cristina Curado Lopes Jéssica Rodrigues Rezende Lucas Henrique Fraga Queiroz Raquel Machado Schincaglia https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113098
CAPÍTULO 993
HEPATITE AGUDA MEDICAMENTOSA CAUSADA PELO CONSUMO DO SUPLEMENTO DIETÉTICO WHEY PROTEIN: UM RELATO DE CASO Victor Costa Monteiro André Luiz Saraiva de Meneses Gomes Nathalia Filgueira Caixeta Natália David Vilela Lucas Henrique Gomes da Silva Edson Júnio Brasil de Oliveira Paulo Guilherme Alves Gonzaga Igor da Silva de Paula Hinnaê Silva Oliveira João Pedro de Castro Ribeiro Ludmyla Isadora Silveira Cecília Barbosa de Morais https://doi.org/10.22533/at.ed.7852113099
CAPÍTULO 10101
HIPERTENSÃO ARTERIAL EM PACIENTES COM CÂNCER EM TRATAMENTO

Danila Lorena Nunes dos Santos

QUIMIOTERAPICO E RADIOTERAPICO
Ana Claudia de Souza Leite
Samara Jesus Sena Marques
Tainá da Silva Carmo
Francisco Savio Machado Lima Gabriel Isadora Gomes Mendes
Nathalia Maria Lima de Souza
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130910
CAPÍTULO 11110
IDOSOS: CONDIÇÕES NUTRICIONAIS E CONSTIPAÇÃO FUNCIONAL
Carolina de Paula Pereira
Anne Carolinne Rios de Araújo Giovana Eliza Pegolo
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130911
CAPÍTULO 12125
IMPACTO DA PREVALENCIA DA ANSIEDADE EM PACIENTES COM DCNTs NO AMBULATORIO DE DERMATOLOGIA - UNICEUMA
Tâmara Aroucha Matos
Rodrigo Sevinhago
Matheus Cardoso Silva
Madla Santos
Juliana Lima Araújo
Sarah Lucena
Carla Maria Oliveira Fernandes
Karine de Paiva Lima Nogueira Nunes Joana Kátya Veras Rodrigues Sampaio Nunes
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130912
CAPÍTULO 13132
JEJUM INTERMITENTE COMO ESTRATÉGIA DE PERDA DE PESO EM MULHERES
ADULTAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA Elvia Vittoria Fichera
Carla Renata Lima de Morais Gauginski
Nara de Andrade Parente
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130913
CAPÍTULO 14149
MANUAL DE ANÁLISE ACÚSTICA DA VOZ E DA FALA
Carla Aparecida de Vasconcelos
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130914
CAPÍTULO 15155
MICROCEFALIA E SUAS COMPLICAÇÕES: UMA ANÁLISE DA LITERATURA
Francisca Vilandia de Alencar

Jeyzianne Franco da Cruz Silva Leidiane Pinto dos Santos José Willian Pereira da Silva Camila Bezerra Silva
Ricardo da Silva https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130915
CAPÍTULO 16164
MODELO DE LAUDO PERICIAL FONOAUDIOLÓGICO NA ÁREA DE AUDIOLOGIA OCUPACIONAL Carla Aparecida de Vasconcelos https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130916
CAPÍTULO 17177
MODELO DE LAUDO PERICIAL FONOAUDIOLÓGICO NA ÁREA DE VOZ OCUPACIONAL Carla Aparecida de Vasconcelos
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130917
CAPÍTULO 18190
DA CÁRIE DENTÁRIA Clarissiane Serafim Cardoso Naile Roberta Lima dos Santos Alexandre Almeida Júnior Tatiana Rita de Lima Nascimento Pammella Pereira Maciel Aline Lima Camila Félix da Silva Fabio Correia Sampaio Camila Braga Dornelas Clovis Stephano Pereira Bueno Karlla Almeida Vieira
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130918
CAPÍTULO 19211
NEUROPLASTICIDADE NA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL: RELAÇÃO ENTRE NEUROCIÊNCIAS E PSICOLOGIA Márcia Lucileide Silva Marques
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130919
CAPÍTULO 20222
NOVAS PERSPECTIVAS NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER IMUNOTERAPIA ATIVA E PASSIVA Thalita de Marcos dos Santos Gustavo Alves Andrade dos Santos

Francinubia Nunes Barros

10.22533/at.ed. 78521130920
CAPÍTULO 21233
O DESENVOLVIMENTO AOS 4 E 8 MESES DE PREMATUROS PEQUENOS PARA A IDADE GESTACIONAL PELO TESTE BAYLEY-III Caroline de Oliveira Alves Lívia de Castro Magalhães Rafaela Silva Moreira Maria Cândida Ferrarez Bouzada Viana https://doi.org/10.22533/at.ed.78521130921
CAPÍTULO 22246
O IMPACTO DA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PSICOSSOCIAL NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO LITERÁRIA Ingrid Guedes de Oliveira
ttps://doi.org/10.22533/at.ed.78521130922
SOBRE O ORGANIZADOR253
ÍNDICE REMISSIVO254

CAPÍTULO 16

MODELO DE LAUDO PERICIAL FONOAUDIOLÓGICO NA ÁREA DE AUDIOLOGIA OCUPACIONAL

Data de aceite: 01/09/2021 Data de submissão: 28/07/2021

> Carla Aparecida de Vasconcelos Fonoaudióloga Perita da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte - MG, Brasil http://lattes.cnpg.br/5675726656616978.

RESUMO: O presente capítulo tem como objetivo apresentar noções de saúde ocupacional e saúde do trabalhador dando ênfase à saúde audiológica do trabalhador, bem como apresentar um modelo básico para construção de laudos periciais na área de Audiologia ocupacional desde o preenchimento do cabeçalho até a rubrica das páginas, numeração, assinatura, exemplos de resposta à quesitação e roteiro dos tópicos principais de um laudo. Assim, pretende-se auxiliar os profissionais da área da Fonoaudiologia na construção de seus pareceres técnico-periciais fornecendo um modelo básico de laudo para esse tipo de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Prova Pericial; Fonoaudiologia; Saúde do Trabalhador, Audiologia.

SPEECH-LANGUAGE PATHOLOGIST EXPERT REPORT MODEL ON OCCUPATIONAL AUDIOLOGY AREA

ABSTRACT: The purpose of this chapter is

to present notions of occupational health and worker's health, emphasizing the worker's audiology health, as well as presenting a basic model for the construction of expert reports in the area of occupational audiology, from filling out the header of first page to the initials signed on every pages, numbering, signature on the final page, examples of answer the lawyer's questions and script of the main topics of a report. Thus, it is wanted to assist professionals in the field of Speech-Language Pathology on the construction of their technical-expert report by providing a basic support model for this type of work.

KEYWORDS: Expert Testimony; Speech, Language and Hearing Sciences; Occupational Health; Audiology.

1 I INTRODUÇÃO

Neste capítulo, serão abordados os roteiros básicos para a construção de laudos na área de Audiologia ocupacional. A ideia desse trabalho surgiu após a autora identificar, nos cursos de formação em Perícia Fonoaudiológica que ministrava, as dúvidas dos profissionais fonoaudiólogos sobre quais roteiros deveriam adotar para a construção de seus laudos periciais.

Constitui-se, portanto, na tentativa de fornecer um modelo básico demonstrando desde o preenchimento de um cabeçalho, até os exames objetivos, respostas à quesitação e conclusões.

A construção deste texto foi feita a partir

de um caso real de laudo pericial na área de Audiologia ocupacional para nexo de alteração das habilidades auditivas e ruído ocupacional ao qual o trabalhador (reclamante) ficava exposto.

EXMO. Sr. JUÍZ DA VARA DO TRABALHO DE ITAÚNA - MG (esse é um exemplo de primeira linha de cabeçalho que todo laudo deve conter. O profissional precisará se direcionar ao juiz inserindo o número da vara, mencionando se é justiça do trabalho, cível, criminal etc).

Processo: aqui se insere o número do processo

Reclamante: aqui o profissional deverá inserir o nome do trabalhador autor da ação

Reclamada: aqui o profissional deverá inserir o nome da empresa

Figura 1 – modelo de cabecalho de laudo (peca obrigatória para a identificação de todo laudo pericial).

Carla Aparecida de Vasconcelos. Perita do Juízo, nomeada nos autos em epígrafe. vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência com fulcro no Art. 477 do Novo CPC, apresentar o seu Laudo Pericial o fazendo nos termos a seguir apresentados.*

Xxx, doravante reclamante, brasileiro, casado, nascido aos x de junho de 19xx, portador do RG: 00000 e do CPF: 0000, residente e domiciliado em Itaúna, na Rua xxx, CEP: xxx, foi submetido à avaliação pericial em Belo Horizonte, no dia 11/03/2021 às 10:30h da manhã.

> *Após a inserção do cabeçalho, é adequado que o fonoaudiólogo perito ou assistente técnico se dirija ao juízo antes de iniciar o roteiro do laudo propriamente dito.

A seguir será apresentado um laudo na íntegra contendo todos os tópicos que se abordam rotineiramente na construção desse tipo de texto.

21 OBJETIVO DA PERÍCIA

O reclamante relata possuir perda auditiva irreversível, com seguela nas habilidades auditivas, adquirida em decorrência do desempenho da atividade ocupacional e requer da ré o pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais e materiais.

Para análise do nexo de causalidade entre a atividade ocupacional desempenhada na reclamada pelo reclamante e o desenvolvimento de alterações das habilidades auditivas alegada por este, foi solicitado avaliação pericial.

3 I HISTÓRICO E RESULTADOS DA AVALIAÇÃO PERICIAL:

COLE AQUI UMA FOTO DO(A)
PERICIANDO(A) BEM COMO DO
DOCUMENTO DE IDENTIDADE.

A avaliação pericial foi realizada em Belo Horizonte no dia 11 de março de 2021 às 10:30h no consultório da Perita Oficial do Juízo, na rua xxx em Belo Horizonte – MG.**

*Algumas informações do caso serão modificadas para preservar as partes.

O reclamante compareceu à avaliação pericial sem a carteira de trabalho, <u>não</u> sendo possível, assim, comprovar sua ocupação atual, porém o mesmo relatou que está trabalhando na função de ajudante de carga e descarga em uma transportadora.

O referido autor relatou, durante a avaliação pericial, que trabalhou em fundição desde 1993 e, quanto ao trabalho desenvolvido na reclamada, o mesmo referiu ter desempenhado a função de macheiro tanto no primeiro período trabalhado (de 1999 à 2002) quanto no segundo período (de 2004 à 2009).

O reclamante referiu também que confeccionava moldes e armações e usava para desempenhar seu trabalho materiais como régua, marreta, tinta, pincéis, policorte, alicate, chave de fenda e pedra de esmeril.

Sua jornada de trabalho era de 8 horas diárias, porém relata que, por muitas vezes, realizou horas extras a pedido da reclamada. Como equipamentos de proteção individual (EPI), o reclamante mencionou que usava uniforme, luvas, máscara, óculos, botinas e protetor auricular. Mencionou, ainda, que fazia uso correto dos EPIs, pois era membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da reclamada e tinha o dever moral de dar bom exemplo aos colegas de trabalho.

Quanto à condição de saúde atual, o reclamante relatou otalgias (dores de ouvido) recorrentes e presença de cerúmen em ambos os ouvidos. Expôs que não faz uso de medicamentos atualmente e que já sofreu internação devido a um acidente com bicicleta e um episódio de infecção pulmonar.

Em se tratando de vícios nocivos à saúde, o reclamante afirmou ser <u>fumante crônico</u> desde os 20 anos de idade, fazendo uso de aproximadamente 8 (oito) cigarros por dia. Relatou, também, por mais uma vez, que não apresenta dificuldades em situações de comunicação.

Posteriormente à anamnese básica, o reclamante foi encaminhado para uma avaliação auditiva completa, em clínica otorrinolaringológica, composta dos seguintes exames, Imitanciometria (também chamada de impedanciometria), Audiometria Tonal e Audiometria Vocal sendo que demonstrou grande insatisfação com o pedido de exame e

afirmou, inclusive, que estava com medo de que os exames não apresentassem resultados condizentes com perda auditiva.

Durante a avaliação audiológica, o reclamante afirmou que estava com dores de ouvido (otalgia), contudo os resultados da Imitanciometria não foram compatíveis com a queixa do reclamante, visto que os resultados apresentados foram normais, ou seja, curvas timpanométricas do tipo A com presença dos reflexos acústicos bilateralmente.

A audiometria vocal também apresentou resultados normais e compatíveis com boa capacidade comunicativa, sendo que o Índice Percentual de Reconhecimento de Fala foi normal. Contudo, o reclamante demonstrou insatisfação e insegurança após a avaliação auditiva e inclusive apresentou alteração do tom de voz e insistiu veementemente que a Fonoaudióloga, responsável pela realização dos exames auditivos, afirmasse que ele (reclamante) possuía perda auditiva. A Fonoaudióloga, por sua vez, demonstrou estado de alteração emocional e apresentava tremor das extremidades (mãos) em decorrência da atitude tomada pelo reclamante. Em parecer emitido pelo otorrinolaringologista, não foram identificadas alterações auditivas condutivas que pudessem acarretar a otalgia alegada pelo reclamante nem outras alterações auditivas como doenças neurossensoriais. Os exames auditivos fonoaudiológicos, feitos pela fonoaudióloga da referida clínica, também apresentaram resultados normais.

4 I QUESITOS DA RECLAMADA

Grafia reproduzida Ipsis litteris***

**O perito e o assistente técnico devem reproduzir fielmente a escrita dos quesitos, sem corrigi-los ou fazer quaisquer ajustes e, abaixo da reprodução, devem fazer suas considerações. Notem que muitos quesitos possuem erros de coerência, coesão, erros ortográficos, mas enfim, nunca se deve tentar corrigi-los. Aqui nesse trecho do exemplo de laudo foram inseridos alguns dos quesitos de caso real.

1.1 - Esclareça-se o i. Perito se o Reclamante trabalhava ou trabalha em outra função fora da empresa, como garçom, segurança de festas, DJ, etc? Por quanto tempo e freqüência?

RESPOSTA: Durante a avaliação pericial o reclamante negou que desempenhava e que desempenha atividades extra-laborais.

Em festas, casas noturnas e shows os níveis de pressão sonora apresentam-se elevados, chegando a níveis contínuos de guase 115dB (Figura, 2013).

De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 (NR15) do Ministério do Trabalho e Emprego, em seu Anexo 1, indivíduos expostos a níveis de ruído na faixa de 115dB sem uso de Equipamento de Proteção Auditiva (EPA) podem apresentar lesão auditiva já após 7 minutos, sendo que a exposição à esses níveis acima do período estabelecido, pode acarretar danos irreversíveis à audição.

Portanto, a PAINPSE, ou seja, a perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados, também conhecida como PAIR (perda auditiva induzida por ruído), não tem origem apenas ocupacional, visto que pode ocorrer até mesmo em decorrência de atividades de lazer como em festas, shows musicais, partidas de futebol em estádio ou até mesmo em um evento religioso.

Contudo, é importante ressaltar que, ao se realizar o gerenciamento audiométrico (conforme parâmetros estabelecidos pela Portaria 19 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, de 09/04/1998 / NR7 (Norma Regulamentadora número 7) da Secretaria do Trabalho) dos exames anexados aos autos, fls. 118 a 124 (referentes ao período de pacto contratual entre o reclamante e a reclamada) e considerando os exames recentes, pareceres do otorrinolaringologista examinador e da fonoaudióloga examinadora, não houve sinais sugestivos de desencadeamento de PAINPSE / PAIR durante o período de pacto contratual entre o reclamante e a reclamada.

1.2 - Que tipo de proteção auditiva o Reclamante usou quando trabalhou na Reclamada?

RESPOSTA: Ao se analisar as fichas de controle individual de EPI, assinadas pelo reclamante e anexadas aos autos pela reclamada, fls. 125 a 130, constatou-se que os EPAs utilizados pelo reclamante, durante o período de pacto contratual, eram de inserção, do tipo plug, confeccionados em silicone, moldáveis ao conduto auditivo, compostos de eixo com 3 flanges, CA (Certificado de Aprovação da Secretaria de Inspeção do Trabalho – Secretaria do Trabalho) números 11512 e 12942 com níveis de atenuação (NRRsf) de 16 dB e 11 dB, respectivamente.

- 1.3 Observação: Não houve elaboração do quesito sequencial número 1.4.
- 1.4 Que orientações o Reclamante recebeu pelo departamento de segurança do trabalho da Reclamada quanto ao uso e manuseio do equipamento de proteção auricular?

RESPOSTA: O reclamante referiu, em avaliação pericial, possuir todos os conhecimentos relativos ao uso e manuseio do EPAs, relatou inclusive ter sido membro da CIPA e que apresentava conhecimentos sobre as normas de segurança do trabalho, até mesmo porque, sendo cipista, sua corresponsabilidade no uso correto dos equipamentos de proteção individual era ainda maior. Além disso, constatou-se, durante avaliação *in loco* na reclamada, realizada em 17/03/2021, que o reclamante participava dos treinamentos anuais sobre uso de EPI e segurança do trabalho e dos treinamentos dos membros da CIPA, conforme demonstrados em cópias da lista de presença, devidamente assinadas, de treinamentos sobre o uso de EPIs na reclamada no **anexo 1** deste Laudo.

1.5 - Se o Reclamante fuma ou fumava? Se sim, isto pode afetar a audição? Como?

RESPOSTA: O reclamante relatou, em avaliação pericial, que é <u>fumante crônico</u> e fuma oito cigarros por dia desde os 20 anos de idade.

A audição pode sim ser afetada pelo uso do cigarro. A fisiopatologia deste tipo de alteração advém do fato de o cigarro provocar a deposição de gorduras nas paredes internas das artérias (aterosclerose), levando à redução da irrigação sanguínea da região, o que provoca, aos poucos, a morte das células do ouvido interno. Estudos (Paschoal, 2009; Angrisani et al, 2008) indicaram que fumar pode ser um fator de risco para perdas auditivas, não só afetando as células da cóclea, como também do tronco encefálico, onde ocorre parte do processamento auditivo do indivíduo.

Salienta-se que a perda auditiva apresentada por fumantes é do tipo neurossensorial, porém difere-se da PAINPSE na configuração audiométrica e nas frequências afetadas que, diferentemente da PAINPSE (em que a alteração ocorre em frequências altas), manifesta-se em maior parte nas frequências baixas. A literatura científica relata que a perda auditiva nas frequências baixas do audiograma chega a ser de 1,3 vezes maior nos fumantes (Oliveira e Lima, 2009). Todavia, como relatado anteriormente, o reclamante não possui alterações auditivas.

1.6 - Quando exposto ao ruído o Reclamante sempre usou o equipamento de proteção auricular capaz de neutralizar ou reduzir o suposto agente noviço, a níveis aceitáveis pela legislação?

RESPOSTA: O reclamante referiu sempre ter usado o EPA, até mesmo porque era membro da CIPA da empresa (reclamada). Os EPAs utilizados pelo reclamante têm capacidade para atenuar de 11 a 16 decibels (NRRsf) o ruído ambiental. Fazendo-se o cálculo do ruído ambiental médio (Lavg) pelo método simples, cálculos simples, ao qual o reclamante estava exposto em sua função, de acordo com o Levantamento Ambiental (anexo 2 deste laudo), realizado pela reclamada no período de contrato com o reclamante, menos o nível de atenuação (NRRsf) dos EPAs utilizados pelo reclamante obtém-se o seguinte:

Tabela 1 - Diferença entre o nível de ruído ambiental e o nível de atenuação dos EPAs usados pelo reclamante na reclamada (técnica do cálculo simples).

Tabela 2 - Diferença entre o nível de ruído ambiental e o nível de atenuação dos EPAs usados pelo reclamante na reclamada (técnica do cálculo simples).

Verifica-se, portanto, que a atenuação proporcionada pelos EPAs utilizados pelo reclamante eram <u>sim</u> suficientes para neutralizar o ruído e, desse modo, eram satisfatórios para a redução do agente nocivo (ruído ambiental) de acordo com o Anexo 1 da NR15 do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Ressalta-se que, nesses níveis de intensidade apresentados após o cálculo supracitado (78,6 dB(A); 73,6 dB(A); 74,5 dB(A); 69,5 dB(A)), não há limite de tempo para a exposição ao ruído, pois os mesmos não são suficientes para causar lesão às células ciliadas do órgão de Corti e, desse modo, não desencadeiam PAINPSE (Fernandes, 2009).

É importante salientar, contudo, que a empresa não realizou o levantamento do ruído ambiental por frequência específica, dosimetria por frequência específica, não sendo possível a realização do cálculo longo para verificação do poder de atenuação do EPA.

Também não foram encontrados nos autos nem com o Engenheiro responsável pelo PPRA da empresa, no dia da diligência pericial *in loco*, o comprovante da testagem de vida útil dos EPAs utilizados pelo trabalhador, conforme determinado na Nota Técnica 176 não sendo possível, portanto, averiguar a eficiência, o poder de atenuação, desses EPAs após muitas semanas de uso.

1.7 - O Reclamante ficava exposto a ruídos. Em que periodicidade e grau?

RESPOSTA: Segundo o Levantamento Ambiental realizado pela empresa (anexo 2), ré desta ação, o nível de pressão sonora médio (Lavq) ao qual o reclamante ficava exposto para o desempenho de suas funções era de caráter habitual e permanente (não ocasional nem intermitente) e variava entre 85,5 dB(A) e 89,6 dB(A). Todavia, o reclamante fazia uso constante de EPAs e, como estes atenuavam entre 11 e 16 dB (NRRsf) (método do cálculo simples ou de baixa precisão), o reclamante ficava exposto a níveis de ruído na faixa de 69,5dB(A) a 78,6dB(A), aos quais, segundo a literatura científica mundial (Fernandes, 2009; Norma Européia 458) não existe limite de tempo (horas) para exposição, visto que tais intensidades não lesam as células do Órgão de Corti.

Entretanto, há que se levar em consideração a não realização do cálculo longo de atenuação (também conhecido como de alta precisão) por falta de dosimetria por frequência específica por parte da empresa e também não foi possível averiguar a vida útil e o consequente poder de atenuação dos EPAs, pois a empresa também não realizou tais testagens.

1.8 - Se há perda de audição, esta está relacionada com o trabalho desenvolvido na Reclamada?

RESPOSTA: Conforme interpretação de exames audiométricos recomendada pela Portaria 19 da SSST/NR7 do MTE), durante o período de pacto contratual entre o reclamante e a reclamada, não houve desencadeamento de PAINPSE.

Ressalta-se, ainda, que a PAINPSE não é uma patologia de desenvolvimento tardio, ou seja, havendo o encerramento da exposição ao ruído, não pode o indivíduo desenvolver tal afecção. E uma vez que não houve o desencadeamento de PAINPSE durante o período

170

de pacto contratual, caso tenha ocorrido o desenvolvimento posterior desta, esta não pode ser correlacionada à atividade laboral anterior (desenvolvida na reclamada).

A Ordem de Serviço 608 do INSS sobre Perda Auditiva Neurossensorial por Exposição Continuada a Níveis Elevados de Pressão Sonora de Origem ocupacional, em Seção I, item 1.2, descreve:

"De acordo com o Comitê de Ruído e Conservação da Audição da *American College of Occupational Medicine*, e segundo o Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva, são características da PAIR:

- a) ser sempre neurossensorial, por comprometer as células de órgão de Córti;
-
- d) a perda tem seu <u>início</u>, e predomina, nas frequências de <u>6.000</u>, <u>4.000</u> <u>e/ou 3.000</u> Hz, progredindo <u>lentamente</u> às frequências de <u>8.000</u>, <u>2.000</u>, <u>1.000</u>, <u>500</u> e <u>250</u> Hz, para atingir seu nível máximo, nas frequências mais altas, nos primeiros 10 a 15 anos de exposição estável a níveis elevados de pressão sonora;
- e) por atingir a cóclea, o trabalhador portador de PAIR pode desenvolver intolerância a sons mais intensos (recrutamento), perda da capacidade de reconhecer palavras, zumbidos, que somando-se ao déficit auditivo propriamente dito prejudicarão o processo de comunicação;
- f) cessada a exposição ao nível elevado de pressão sonora, não há progressão da PAIR. Exposições pregressas não tornam o ouvido mais sensível a exposições futuras; ao contrário, a progressão da perda se dá mais lentamente à medida que aumentam os limiares auditivos;

(grifos meus)

1.9 - Qual o percentual da suposta perda auditiva nos dois ouvidos?

RESPOSTA: Desde o decreto da Portaria n². 24, de 29 de dezembro de 1994 da SSST e, sobretudo, do decreto da Portaria n². 19 da SSST de 9 de abril de 1998 da Secretaria do Trabalho, o antigo cálculo de porcentagem para a audição, realizada pela tabela de Fowler, foi revogado e substituído pelas normas das Portarias supracitadas.

Além disso, o uso do cálculo de porcentagem para audição não possui embasamento técnico-científico, visto que:

1) seus valores são irreais, pois foram determinados com audiômetros cuja calibração não se usa mais; 2) seus valores foram estabelecidos para avaliar dificuldades para reconhecer a fala, com populações que falam outra língua, de composição fonêmica muito diferente do Português do Brasil; 3) seus valores, nas assimetrias, foram corrigidos por média ponderada 7:1, injusta e irreal, que não foi recomendada por Fowler e nem é mais adotada no país de origem (EUA); 4) seus valores foram corrigidos por coeficientes etários, cuja aplicabilidade jamais foi comprovada na população brasileira, (Costa e Kitamura, 2004).

1.10 - Existe perda auditiva decorrente da idade? Fundamentar?

RESPOSTA: A perda de audição relacionada com a idade, denominada presbiacusia

é uma perda auditiva do tipo neurossensorial que se manifesta como parte do envelhecimento normal. Geralmente começa depois dos 20 anos, afetando, primeiramente, as frequências mais altas, mas só começa a originar sintomas de baixa acuidade auditiva após os 45 anos. Em avaliação audiométrica, esta se caracteriza por uma configuração descendente, com alteração predominante nas frequências agudas do audiograma e apresenta caráter progressivo (Cruz et al. 2002).

Ao se analisar os exames audiométricos do reclamante, referentes ao período de pacto contratual com a reclamada e anexados aos autos (fls. 118 a 124), verifica-se que não há perda auditiva. Portanto, não há que se falar em perda auditiva decorrente da idade, ou seja, presbiacusia, de acordo com a análise dos exames realizados para a empresa (reclamada).

1.11 - Para a elucidação de toda a lide, queira o *expert* oferecer outras informações que achar necessárias, usando de suas prerrogativas com base no CPC.

RESPOSTA: Para verificação e complementação de informações sobre o ruído ambiental da reclamada foi realizada avaliação *in loco* para medição dos níveis de ruído nos locais em que o reclamante desempenhava suas funções laborais, conforme demonstrado no **anexo 3** deste Parecer.

O ruído ambiental mínimo captado pelo equipamento de medição do ruído (decibelímetro) na bancada para trabalhos de macharia foi de 76,6 dB e o máximo foi de 79.9 dB.

Nos setores próximos ao de macharia o ruído ambiental mínimo foi de 81 dB e o máximo de 86.6 dB.

Verificou-se, ainda, que os trabalhadores fazem adequadamente o uso de EPIs e que ao se calcular a diferença entre o nível de ruído ambiental e o nível de atenuação de ruído proporcionado pelos EPAs, fornecidos pela reclamada, os resultados obtidos encontram-se dentro dos valores recomendadas pelo Anexo 1 da NR15 do Ministério do Trabalho e do Emprego para neutralizar o agente nocivo (ruído ambiental).

Vide também o item CONCLUSÃO deste Laudo Pericial para maiores esclarecimentos.

51 QUESITOS DO RECLAMANTE

Grafia reproduzida Ipsis litteris****

Acha-se a patologia constatada ligada ás condições de execução do trabalho ou existe o nexo concausal?

RESPOSTA: Durante o período de pacto contratual entre o reclamante e a reclamada, não houve desencadeamento de PAINPSE conforme parâmetros definidos na Portaria 19 da SSST / NR7 da ST. Portanto, não pode haver, por razões óbvias, relação da

configuração audiométrica durante o período pacto contratual com a execução do trabalho na reclamada nem nexo concausal.

Após realizar os procedimentos de análise e a interpretação dos resultados dos exames audiométricos apresentados nos autos, conforme recomendado pela Portaria 19 da SSST e presentes na NR7(norma regulamentadora número 7) da Secretaria do Trabalho, verificou-se que o reclamante não adquiriu perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados (PAINPSE) no período que trabalhou na reclamada, conforme já mencionado anteriormente.

61 CONCLUSÃO

De acordo com Portaria 19 da SSST de 9 de abril de 1998 / NR7 da Secretaria do Trabalho (Norma Regulamentadora número 7 do Ministério do Trabalho e do Emprego), a interpretação dos exames audiométricos para verificação de ocorrência de PAIR (perda auditiva induzida por ruído) que também é denominada de PAINPSE (perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados) deve adotar os seguintes parâmetros:

- **"4.2.1.** São considerados sugestivos de desencadeamento de perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados, os casos em que os limiares auditivos em todas as frequências testadas no exame audiométrico de referência e no sequencial permanecem menores ou iguais a 25 dB(NA), mas a comparação do audiograma sequencial com o de referência mostra uma evolução dentro dos moldes definidos no item 2.1 desta norma, e preenche um dos critérios abaixo:
- a) a diferença entre as médias aritméticas dos limiares auditivos no grupo de frequência de 3.000, 4.000 e 6.000 Hz <u>iguala ou ultrapassa 10 dB(NA)</u>;
- b) a piora em pelo menos uma das frequências de 3.000, 4.000 ou 6.000 Hz iguala ou ultrapassa 15 dB(NA)."

Ao se fazer os cálculos de gerenciamento audiométrico de todos os exames audiológicos realizados pelo reclamante nos períodos de pacto laboral com a reclamada obtém-se os seguintes resultados, os quais serão demonstrados nas tabelas abaixo:

Data	Exame	3 KHz	4 KHz	6 KHz	Média	Resultado da diferença entre a média das frequências de 3 a 6 KHz do exame de referência e o sequencial	
31/08/2016	Referência	15	20	15	16,6		
17/08/2017	Sequencial	15	20	15	16,6	Resultado igual a 0; portanto, estável	
09/08/2018	Sequencial	20	25	20	21,6	Resultado igual a 5; portanto, estável	
19/07/2019	Sequencial	20	20	25	21,6	Resultado igual a 5; portanto, estável.	

Tabela 3 - Interpretação dos exames audiométricos para verificação de ocorrência de PAINPSE na Orelha Direita conforme parâmetros da Portaria 19 / NR7 da ST, item 4.2.1 a).

Data	Exame	3 KHz	4 KHz	6 KHz	Média Resultado da diferença entre a média das frequências de 3 a 6 KHz do exa de referência e o sequencial		
31/08/2016	Referência	20	25	15	20		
17/08/2017	Sequencial	20	25	20	21,6	Resultado igual a 1,6; portanto, estável	
09/08/2018	Sequencial	15	25	20	20	Resultado igual a 0; portanto, estável	
19/07/2019	Sequencial	10	20	25	18,3	Resultado igual a 1,7; portanto, estável.	

Tabela 4 - Interpretação dos exames audiométricos para verificação de ocorrência de PAINPSE na **Orelha Esquerda** conforme parâmetros da Portaria 19 / NR7 da ST, item **4.2.1 a**).

Data	Exame	3 KHz	4 KHz	6 KHz	Diferença entre o valor encontrado no exame de referência e o sequencial em 3 KHz	Diferença entre o valor encontrado no exame de referência e o sequencial em 4 KHz	Diferença entre o valor encontrado no exame de referência e o sequencial em 6 KHz
31/08/2016	Referência	15	20	15			
17/08/2017	Sequencial	15	20	15	Resultado igual a 0; estável	Resultado igual a 0; estável	Resultado igual a 0; estável
09/08/2018	Sequencial	20	25	20	Resultado igual a 5; estável	Resultado igual a 5; estável	Resultado igual a 5; estável
19/07/2019	Sequencial	20	20	25	Resultado igual a 5; estável	Resultado igual a 0; estável	Resultado igual a 10; estável

Tabela 5 - Interpretação dos exames audiométricos para verificação de ocorrência de PAINPSE na **Orelha Direita** conforme parâmetros da Portaria 19 / NR7 da ST, item **4.2.1 b**).

Data	Exame	3 KHz	4 KHz	6 KHz	Diferença entre o valor encontrado no exame de referência e o sequencial em 3 KHz	Diferença entre o valor encontrado no exame de referência e o sequencial em 4 KHz	Diferença entre o valor encontrado no exame de referência e o sequencial em 6 KHz
31/08/2016	Referência	20	25	15			
17/08/2017	Sequencial	20	25	20	Resultado igual a 0; estável	Resultado igual a 0; estável	Resultado igual a 5; estável
09/08/2018	Sequencial	15	25	20	Resultado igual a -5; estável	Resultado igual a 0; estável	Resultado igual a 5; estável
19/07/2019	Sequencial	10	20	25	Resultado igual a -10; estável	Resultado igual a -5; estável	Resultado igual a 10; estável

Tabela 6 - Interpretação dos exames audiométricos para verificação de ocorrência de PAINPSE na Orelha Esquerda conforme parâmetros da Portaria 19 / NR7 da ST, item 4.2.1 b).

Após se analisar todo o processo, de se realizar a interpretação dos resultados dos exames audiométricos (conforme recomendado pela Portaria 19 da SSST / NR7 da Secretaria do Trabalho) e considerando ainda os pareceres dos exames recentes emitidos pelo otorrinolaringologista e fonoaudióloga para os quais a perita encaminhou o caso para bateria completa de avaliação, chegou-se à conclusão de que o reclamante goza

de perfeita função auditiva, das habilidades auditivas e comunicativas e que não adquiriu perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados (PAINPSE) no período em que trabalhou na reclamada.

Conclui-se, ainda, que o resultado do exame audiométrico realizado pelo reclamante <u>8 meses após</u> o período de rescisão de pacto contratual com a reclamada (fl.xx dos autos) apresenta-se também dentro dos padrões de normalidade.

Este Laudo Pericial é composto por xxx laudas numeradas.***

Carla Aparecida de Vasconcelos

- Fonoaudióloga Perita da SEPLAG-MG
- Fonoaudióloga do Núcleo de Otorrino BH
- Professora de Audiologia da Universidade Federal do ES
 - Diretora do CREFONO-6 e Presidente da COLEN
 - Doutora em Neurociências pela UFMG com

período sanduíche no Stress Research Institute da

Stockholm University e Karolinska Institute

- Mestra em Estudos Linguísticos pela UFMG
- Especialista em: Audiologia; Fono. do Trabalho; Voz
 - Site: www.fonoaudiologiaforense-mg.com.br

E-mail: fonoforense@yahoo.com.br

- CELULAR: (031) 98712-6216

Belo Horizonte, 28 de março de 2021.

***Após a conclusão, é adequado que o fonoaudiólogo perito ou assistente técnico insiram o número total de laudas, bem como seu nome com um minicurrículo, datem, carimbem e assinem. Todas as páginas deverão ser numeradas e rubricadas e a última assinada.

REFERÊNCIAS

- 1. ANGRISANI, R.M.G.; MATAS, C.G.; FURTADO, J.R.B. **Análise dos Potenciais Evocados Auditivos em Fumantes.** ACTA ORL/Técnicas em Otorrinolaringologia. v. 26, n. 3: 146-150, 2008.
- 2. COSTA, E. A.; KITAMURA, S. A. **Tabela de Fowler e a avaliação da perda auditiva induzida por ruído.** Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. vol.2, p. 74-77, 2004.
- 3. CRUZ, N.A.; BREUEL, M.L.F.; CAMPILONGO, M. **Presbiacusia.** In: CAMPOS, C.A.H. et al. Tratado de Otorrinolaringologia, v. 2, p. 186-92, 2002.
- 4. FERNANDES, R.P. **Protetores Auditivos:** a importância da atenuação. Informativo Técnico da 3M do Brasil. Junho de 2009. Disponível em: http://solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt_BR/SaudeOcupacional/Home/ServiTreinamentos/ArtigosTecnicosPublicacoes.

- 5. FIGURA, C. A. **Caracterização dos níveis de ruído em uma casa noturna**. 55f. Monografia (Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- 6. NORMA EUROPÉIA 458. **European standardisation of hearing protectors.** Disponível em: http://www.noiseandhealth.org.
- 7. Ordem de Serviço 608 do Instituto Nacional da Seguridade Social de 5 de agosto de 1998.
- 8. NORMA REGULAMENTADORA Nº 7 da Secretaria do Trabalho. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-07.pdf
- 9. NORMA REGULAMENTADORA N° 15 da Secretaria do Trabalho. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-15.pdf
- 10. OLIVEIRA, D.C.C.M.; LIMA, M.A.M.T. **Da audiometria tonal limiar em baixa e alta frequência:** comparação dos limiares auditivos entre tabagistas e não-tabagistas. Rev. Bras. Otorrinolaringol. [online]. v.75, n.5, pp. 738-744, 2009.
- 11. PASCHOAL, C. Cigarro afeta audição. Dissertação (Mestrado). Unifesp, São Paulo, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

Α

Alzheimer 222, 223, 224, 225, 227, 229, 230, 231, 232

Análise acústica 149, 179

Ansiedade 15, 18, 20, 22, 23, 64, 73, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 211, 214, 215, 217, 218, 219, 250

Audiologia ocupacional 164, 165

C

Câncer 49, 51, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 127, 134

Caracterização fisiopatológica 15

Cárie dentária 190, 191, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 205

Constipação funcional 110, 112, 113, 115, 116, 117

Creatina 48, 50, 52, 53, 57

Cuidado multiprofissional 67, 70

D

Dengue 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 96

Densidade mineral óssea 85, 86, 89

Depressão pós-parto 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75

Dermatologia 125, 127, 128

Doença falciforme 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47

Ε

Emagrecimento 132, 135, 145, 147, 148

F

Fala 60, 65, 149, 151, 152, 161, 167, 171, 182, 246

Função hepática 3, 48, 52, 96

Função renal 53

н

Hepatite aguda medicamentosa 93, 95, 98

Hipermobilidade articular 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23

Hipertensão arterial sistêmica 102, 103, 104, 106, 107, 108, 134

ı

Idosos 65, 66, 102, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122,

```
123, 124, 229
Imunoterapia ativa 222
Intervenção nutricional 134, 246, 251
J
Jejum intermitente 132, 134, 136, 139, 141, 142, 146, 147
L
Laudo pericial 164, 165, 172, 175, 177, 178, 181, 186, 188
M
Microcefalia 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162
Ν
Neuroplasticidade 211, 213, 215, 216, 217, 218, 219
Р
Perda dentária 58, 60, 63, 64, 65, 66
Perfil epidemiológico 1, 3, 4, 13, 14, 34
Q
Qualidade de vida 32, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 70, 101, 102, 106, 111, 125, 126, 127,
128, 130, 133, 160, 161, 193, 222, 223, 226, 246, 248, 252
Quimioterapia 102, 103, 104, 105
R
Radioterapia 101, 103, 104
S
Saúde da mulher 71, 74
Síndrome de Ehlers-Danlos 15, 16, 17, 18, 19, 23
Síndrome de hipermobilidade 15, 18, 19, 20, 21, 23
Т
Toxicologia 55
Transtorno do espectro autista 246, 247
V
```

Voz 149, 150, 151, 153, 154, 167, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

W

Whey protein 93, 94, 95, 96

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS ASPECTOS QUE INTERFEREM NA SAÚDE HUMANA



- contato@atenaeditora.com.br
- @atenaeditora
- www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS ASPECTOS QUE INTERFEREM NA SAÚDE HUMANA



- www.atenaeditora.com.br
- contato@atenaeditora.com.br
- @atenaeditora
- www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021